



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**  
**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, na cerimónia de divulgação dos Dados do IV Recenseamento Geral da População e Habitação**

**Maputo, 29 de Abril de 2019**

Venerando Presidente do Tribunal Supremo;

Senhor Provedor da Justiça;

Senhor Ministro da Economia e Finanças;

Senhores Deputados da Assembleia da República;

Senhora Governadora da Cidade de Maputo;

Senhores Membros do Conselho de Ministros e Vice-Ministros;

Senhor Presidente do Instituto Nacional de Estatística;

Senhores Membros do Conselho Coordenador do Recenseamento;

Ilustres Membros do Corpo Diplomático e Representantes de Organizações Internacionais;

Senhores dirigentes do Instituto Nacional de Estatística de Angola e da África do Sul;

Caros Parceiros de Cooperação;

Senhores Representantes de Partidos Políticos e das Confissões Religiosas;

Estimados Empresários;

Representantes de Instituições Universitárias, Financeiras e de Organizações da Sociedade Civil;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras, Meus Senhores.

**Moçambicanas e Moçambicanos;**

**Compatriotas!**

Estamos aqui para presidir, de forma solene, a cerimónia de divulgação dos resultados definitivos do IV Recenseamento Geral da População e Habitação.

Dirijo-me a toda a nação, numa altura em que o país inteiro e o mundo ainda se ressentem do flagelo que se abateu sobre o nosso país, refiro-me ao ciclone IDAI e inundações nas províncias do Centro do nosso país, e o Norte de Inhambane e, recentemente, ao Ciclone tropical Kenneth, que assolou alguns distritos das províncias de Cabo Delgado e Nampula.

As ocorrências de fenómenos desta natureza e outros desastres naturais, suscita a tendência espontânea de deslocação das populações dos seus locais habituais de residência. Estas deslocações podem ser temporárias, mas por vezes acabam por ser definitivas.

As deslocações obrigam os Governantes, os gestores públicos, os académicos, as autoridades locais, as instituições de apoio às comunidades, nacionais ou estrangeiras, entre outros, a manterem um conhecimento actualizado sobre a base de dados da população e habitação.

O último censo realizado no nosso país foi em 2007 e o nosso ciclo tem sido fiel à regularidade, na concretização de diferentes processos no país e este é o exemplo desta seriedade e, em 2017, não se podia falhar este exercício de extrema importância.

Em cada dez anos, em regra, é feita a divulgação dos resultados do Recenseamento Geral da População e Habitação, que fornece as principais características demográficas, habitacionais e sociais mais actualizadas.

Com os resultados que acabam de ser aqui anunciados sobre quantos somos e como estamos distribuídos, estamos em melhores condições de determinar, por exemplo, quantas pessoas ficaram deslocadas por causa do Ciclone IDAI ou Kenneth, quantas casas efectivamente ficaram destruídas e outros indicadores, para impactação nas políticas públicas, a vários níveis de desenvolvimento económico, tecnológico, social ou natural.

Os Recenseamentos da População e da Habitação são considerados como “uma das operações estatísticas mais complexas e massivas que um país pode realizar em tempo de paz”. A sua preparação deve ser especialmente criteriosa, de modo a garantir a que a sua execução cumpra com todos os princípios de rigor e sucesso que assegurem ao país informação estatística estrutural de elevada qualidade.

Através dos dados dos Censos é possível obter, para cada nível geográfico, um retrato fidedigno dos habitantes e das suas condições de habitabilidade. Deste modo, ficamos a saber: Quantos somos, Como somos, Onde vivemos, Como vivemos e outras características.

Os dados dos Censos sobre a população e a habitação são, assim, fundamentais para identificar, por exemplo:

- i) O número de escolas, creches, lares de idosos que são necessários;

- ii) Onde devem ser construídas as escolas, os hospitais e Centros de Saúde, as vias de comunicação, etc.;
- iii) Como distribuir a riqueza pelo País, só para mencionar algumas aplicações dos resultados dos Censos.

Os dados censitários são, assim, essenciais para a análise da estrutura social e económica do País, da sua evolução e tendências, permitindo ainda todo o tipo de comparação com dados de diferentes momentos e sensibilidades.

De forma integrada, os dados dos recenseamentos permitem a abordagem racional sobre a coordenação das macropolíticas, inovação nos modelos de crescimento, Governação económica e financeira nacional mais eficiente.

Facilitam a tomada de decisões sobre o Comércio e investimento internacional nas dimensões desejadas, desenvolvimento inclusivo e redução das assimetrias, bem como outras medidas de âmbito sócio económico.

Portanto, os Censos, sendo uma fonte determinante e renovável de dados que caracteriza a população e o parque habitacional, surgem como valiosos instrumentos de diagnóstico, planificação e de intervenção nos mais variados domínios, como por exemplo para:

- i) A definição de objectivos e prioridades para as políticas públicas de desenvolvimento;
- ii) A planificação para uma melhor governação local, municipal, provincial, regional e nacional;
- iii) A realização de pesquisas, estudos de mercado e sondagens de opinião;

- iv) A investigação no geral, em vários domínios de ciências sociais e económicas;
- v) A estruturação de negócios público-privados no espaço nacional, entre outros.

### **Compatriotas!**

Estamos assim, perante um acto solene de afirmação da nossa soberania que, pela sua importância e impacto no desenvolvimento económico e social dos países, está regido por dispositivos jurídico-legais aprovados em sede da Assembleia da República, sob proposta do Conselho de Ministros.

Desde que Moçambique é independente, em 1975, portanto, há quarenta e quatro anos, por reconhecerem a importância de dispor de dados actualizados, os sucessivos Governos do nosso País, sempre se preocuparam em saber quantos somos, como somos, onde vivemos, e como vivemos.

É assim que, em 1980, o País realizou o primeiro Recenseamento Geral da População e Habitação. Foi uma operação patriótica, em que muitos Moçambicanos, naquela altura, se envolveram, de forma voluntária e graciosa e que resultou no primeiro apuramento oficial da população residente em Moçambique.

O primeiro censo identificou as características das habitações dos moçambicanos, entre outras variáveis recolhidas nessa operação.

No período pós-independência, estes dados serviram de ponto de partida num Moçambique independente.

Seguiram-se, sucessivamente e obedecendo ao calendário e à cadência decenal, definidos internacionalmente, os Censos de 1997, 2007 e este último de 2017, que o nosso ciclo realizou.

Os resultados desta sequência de Censos permitem-nos afirmar com toda a segurança que, por exemplo, a taxa de analfabetismo tem vindo a reduzir, de 60.5% em 1997, para 50.3%, em 2007.

O Censo de 2017 apurou que agora esta taxa está fixada em 39.0%.

Outro indicador encorajador das políticas que o nosso Governo tem vindo a implementar é a percentagem de Agregados Familiares com acesso à energia eléctrica, para iluminação.

Segundo os dados dos últimos Censos, em 1997, era de 5.0%, para em 2007 ter subido para 10.0% e com o Censo de 2017 ter-se apurado 22.0%.

O mesmo pode se dizer em relação ao acesso à água canalizada que cresceu de 8.5%, 10.1% e 16.0%, respectivamente, em 1997, 2007 e 2017.

Contudo, é importante ter na mente que o crescimento demográfico ao longo dos anos tem estado a influenciar no cálculo dos indicadores a diferentes níveis, com isso, queremos dizer que, se se mantivesse o mesmo número de habitantes de 1997 em 2017, o indicador do acesso a energia seria bastante elevado.

A Esperança média de vida dos Moçambicanos sofreu incremento, mercê da melhoria das condições de vida, traduzidas no melhor acesso à Saúde e Educação, e melhoria das condições nutricionais dos cidadãos. E isto é uma realidade.

A Esperança de Vida em Moçambique, em 1980 era de 43.6 anos, tendo reduzido para 42.3, em 1997, e incrementada sucessivamente para 50.9, em 2007 e com o Censo 2017, a Esperança de vida à nascença passou para 53.7 anos.

### **Moçambicanas e Moçambicanos!**

Apesar de grande parte dos indicadores serem encorajadores, temos ainda grandes desafios, na melhoria das condições de vida das nossas populações.

Estes resultados mostram-nos que apesar da redução da Taxa de Mortalidade Infantil, o Censo de 2017 apurou que ainda temos cerca de 67.3 de morte de crianças, em cada mil nascidos vivos, portanto, antes de completar um ano de vida.

Este dado desafia-nos e dá-nos o comando para, nos próximos anos, continuarmos a apostar na redução desta taxa para níveis muito mais baixos.

Temos que implementar programas mais acessíveis às populações para a protecção da criança e da mãe com prioridade.

Os Censos têm como unidade de observação o Agregado Familiar e a pessoa.

Permite, por isso, realizar um inventário dos recursos humanos do País de uma forma pormenorizada em termos geográficos, demográficos e socioeconómicos.

Por outro lado, um dos medidores frequentes da nossa economia, o

PIB, tem sido um indicador macroeconómico de extrema importância.



O PIB mede o desempenho económico de um país, região ou província num determinado espaço de tempo.

O PIB per capita é obtido mediante a divisão entre o PIB Nacional e o número de habitantes do país e é daqui onde o nosso censo influencia, de forma incontornável, os nossos indicadores de crescimento ou não.

Este indicador permite-nos comparar o rendimento pessoal entre províncias, regiões, países, pois, nem sempre um grande PIB corresponde a uma elevada renda per capita. Ele depende também do tamanho da população do país.

Com os resultados do Censo, vamos poder estimar com maior precisão o crescimento económico do nosso País.

Por outro lado, com os resultados do Censo, o País passa a dispor de uma Amostra Mãe, a partir da qual podem ser desenvolvidas várias pesquisas. Agora de forma realista e actualizada, podemos analisar diferentes fenómenos que possam fornecer elementos mais precisos, em diversos domínios.

Os dados reais e actualizados permitem a sectorização da planificação e adopção de políticas públicas exequíveis com vista ao desenvolvimento do país e elevação do índice de desenvolvimento humano.

Agora e de facto, estamos em condições e está em carteira a realização do Inquérito aos Orçamentos Familiares, pesquisa que para além de fornecer uma base para melhores estimativas das Contas Nacionais e revisão do Cabaz para o cálculo do Índice de Preços ao Consumidor, fornece igualmente uma base, que permite uma melhor avaliação dos níveis de incidência da pobreza no nosso País.

A esta pesquisa seguir-se-ão outras, igualmente importantes, como são os casos do Censo Agro-pecuário e de Pescas, o Inquérito Demográfico e de Saúde, o Inquérito à Força de Trabalho e várias outras pesquisas pontuais.

O país deve ser cientificamente governado e de forma previsível e, para tal, a informação estatística é extremamente fundamental.

Por isso, exortamos a todos os membros do Sistema Estatístico Nacional, Sociedade Civil e Público em geral para usar os dados, agora actualizados e disponíveis na elaboração de políticas sectoriais, explorando as Características Demográficas e de Habitação apuradas.

### **Minhas Senhoras e Meus Senhores!**

Este Censo teve um custo, per capita, estimado em USD 2.7, o equivalente a sensivelmente Cento e Setenta Meticais, por pessoa recenseada, o que se afigura dentro dos parâmetros das Boas Práticas internacionais de realizações censitárias.

A realização deste IV Censo que deveria ser suportado na totalidade pelo Orçamento do Estado, contou com um grande contributo dos Parceiros de Cooperação que financiaram a operação em cerca de 60% dos custos totais.

Por este feito, queremos reconhecer e agradecer de forma especial, a generosidade manifestada por todos que nos apoiaram, permitindo que este importante exercício para a gestão governativa tivesse lugar com sucesso.

Não obstante as adversidades vividas, quero dirigir e com muito orgulho os nossos maiores agradecimentos ao povo Moçambicano que,

para além de ter participado massivamente no IV Censo, prestou com lealdade valiosa informação aos Recenseadores.

Esta informação permite-nos hoje obter a caracterização demográfica e social das populações, ferramenta imprescindível para a tomada de decisões de interesse nacional.

Saudação especial e de destaque vai para o Instituto Nacional de Estatística (INE), que transformou as dificuldades e carências em oportunidades para o aperfeiçoamento da qualidade do seu trabalho.

O INE provou a resiliência e firmeza da nossa governação tendo como um dos seus trunfos a redução de gorduras nos gastos supérfluos no processo de recenseamento.

Parabéns à direcção do INE e todos os seus funcionários ao longo de todo o território nacional.

Saudamos, igualmente, o Ministério das Economia e Finanças, os Governos a todos os níveis, as Autoridades Municipais, as autoridades locais, e mais uma vez aos parceiros de cooperação, Organizações religiosas, Associações socioeconómicas, Academia, Empresários e ao público em geral, pelo grande contributo prestado.

Felicitemos, de forma honrosa, aos nossos compatriotas e jovens Inquiridores, Controladores, Guias, Agentes de actualização Cartográfica, Formadores, entre outros, estes que mesmo com incertezas sobre a sua compensação, acreditaram na organização e conduziram os trabalhos até aos resultados que hoje temos a honra de celebrar.

**Minhas Senhoras e Meus Senhores!**

Moçambicanos, aqui está a informação oficial do Censo Populacional e de Habitação, portanto, Moçambique deixa de supor os seus dados e passa a afirmar que somos 27.909.798 habitantes.

Com esta informação, **declaro oficialmente divulgados dos dados do Recenseamento realizado em 2017.**

**Obrigado pela atenção!**